



EIXO: 10 TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO (BRASIL) E O CONTEXTO PERUANO

Juliana Fonseca de Oliveira Neri

Unimes e PUC-SP

juliana.neri@unimes.br e jfoneri@pucsp.br

Catie González Tovar

UNMSM

cgonzalez@unmsm.edu.pe

Jimmy Diaz Manrique

UNMSM

jdiazma@unmsm.edu.pe

Pamela Jaramillo Vilela

UNMSM

pjaramillov@unmsm.edu.pe

Resumo

A plataforma da educação tem se intensificado globalmente, sobretudo em contextos latino-americanos, impulsionada por transformações tecnológicas e pelos desafios impostos pela pandemia de Covid-19. No Brasil, a rede estadual de São Paulo constitui um dos maiores sistemas públicos de ensino, onde a introdução de plataformas digitais tem ocorrido de forma acelerada (Saura, Adrião, Arguelho, 2024; Abstartups, 2022) impactando a gestão da escola (Palú, Arbigauss, Silveira, 2023) e o trabalho docente (Viegas, Lamb, 2025). De modo semelhante, no Peru, o Ministério da Educação, por meio de diferentes plataformas digitais voltadas à formação de professores e à gestão administrativa — muitas delas de uso complexo para seus usuários —, previu capacitar cerca de 120.000 docentes pela plataforma digital PERÚEDUCA em 2023. Diante desse cenário, torna-se urgente analisar a influência deste processo nas práticas pedagógicas e na gestão escolar, além de sua adequação diante de princípios de justiça social numa perspectiva plural (Gewirtz e Cribb, 2011), especialmente em face do agravamento das desigualdades educacionais e da precarização do trabalho docente (Oliveira, 2004;

Cavazzani, 2024). Este estudo busca comparar a plataformização em São Paulo e no Peru, visando compreender semelhanças, especificidades e diferenças que emergem desses contextos, tecendo proposições ao final, com foco na justiça social. O presente trabalho parte de um estudo qualitativo (Chizzotti, 2003; Gil, 2008), exploratório, na rede estadual paulista, com entrevistas semiestruturadas realizadas com professores e gestores escolares da região da Baixada Santista. As transcrições foram submetidas à análise de conteúdo temática, segundo Bardin (1977), para identificar categorias relativas aos impactos das plataformas digitais no cotidiano escolar, na autonomia docente e na inclusão educacional. Foi utilizado o software Atlas.ti para auxiliar na organização das categorias a partir da transcrição das entrevistas realizadas em ambos os países. Paralelamente, realizou-se revisão crítica e análise documental de políticas públicas e iniciativas recentes de digitalização educacional no Peru, além de entrevistas com professores e gestores peruanos (das regiões de Pasco, Lima, Callao, Cusco, Lambayeque, Huánuco, La libertad e Loreto), e preenchimento de questionário via formulário digital visando contextualizar a plataformização naquele país. Na rede paulista, identificaram-se oito eixos temáticos que revelam: 1) a cultura do controle via dashboards de Business Intelligence; 2) o esvaziamento da autonomia pedagógica devido a materiais padronizados; 3) a precariedade da infraestrutura e a exclusão digital; 4) ausência de recursos adequados para alunos com deficiência, configurando exclusão algorítmica; 5) distanciamento curricular; 6) a formação instrumental limitada; 7) o desengajamento de estudantes e famílias e 8) os paradoxos avaliativos com o uso de dispositivos pessoais. No Peru, observa-se um contexto marcado por desafios estruturais semelhantes, como a carência de infraestrutura tecnológica, a ausência de formação docente crítica para uso das plataformas, e a necessidade de políticas públicas que conciliem inovação digital e equidade educacional. Os entrevistados apontaram possibilidades de reconfiguração da autonomia docente quando fazem uso criativo e contextualizado das plataformas, a partir de liderança pedagógica dos gestores e mediação reflexiva sobre as plataformas. Destacaram também o potencial das plataformas para avaliações como processo formativo e colaborativo. Contudo, a implementação ainda carece de escala e organização formalizadas, o que representa uma janela para o desenho de políticas inclusivas e participativas que possam evitar os entraves já constatados em São Paulo. A comparação

revela que, embora em situações diferentes, ambos os contextos enfrentam tensões entre a promessa de inovação tecnológica e a efetiva promoção da justiça social na educação. A plataformização, quando ancorada em lógicas gerencialistas e mercadológicas (Laval, 2019), tende a intensificar desigualdades, precarizar o trabalho docente e enfraquecer a gestão democrática. Isso porque a financeirização da indústria EdTech na política educacional global (Saura, Arguelho, Lima, Pires 2024) não trouxe os resultados esperados nas aprendizagens dos estudantes ou melhora nos processos administrativos da gestão escolar conforme discursos recorrentes que tentam justificar o alto investimento de dinheiro público na iniciativa privada das plataformas em São Paulo. Em contrapartida, no Peru, a mesma agenda digital foi apontada como potencial para gerar efeitos distintos, desde que haja mediação, colaboração e reflexão sobre o uso das plataformas, contando com o trabalho dos gestores escolares para isso. Nas entrevistas, alguns apontam isso como profissionalização da gestão e outros reconhecem como sobretrabalho. O caso paulista ilustra como a digitalização pode se transformar em tecnologia de governo que, sem a escuta ativa dos sujeitos escolares, reproduz exclusões e desumanizações, questões ainda não superadas no contexto peruano emergente. Em ambas as localidades pesquisadas, é evidente que a plataformização na educação configura-se como mais uma política pública educacional que falha por não atingir os problemas prioritários para a garantia de equidade (Power, 2024). Assim, este estudo reforça a urgência de políticas públicas educacionais que integrem investimentos em infraestrutura, formação crítica, adaptação curricular e proteção de dados, construídas participativamente com professores, gestores, estudantes e comunidades escolares. A comparação entre os dados obtidos no estudo demonstra que a tecnologia reflete o projeto político que a orienta. Nesse sentido, a formação crítica, a autonomia docente e a gestão democrática são decisivas para reverter desigualdades. Os resultados iniciais do estudo permitem apontar para algumas proposições para as políticas públicas educacionais relacionadas ao uso de plataformas digitais: banir a obrigatoriedade relacionada ao controle e vigilância para viabilizar um uso significativo e pedagógico; proporcionar formação crítica sobre o uso pedagógico das plataformas com mentoria e devolutivas sobre potencialidades; assegurar infraestrutura e acessibilidade para todos como direito educacional; garantir a governança democrática, com proteção de dados e transparência. Ao ampliar a agenda comparativa

latino-americana, este estudo contribui para repolitizar o debate sobre o papel da tecnologia na educação pública e os desafios de garantir o direito à aprendizagem inclusiva e democrática na era digital. Neste sentido, o futuro das plataformas na educação depende menos da técnica e mais da reflexão ética e política sobre as suas finalidades e seu alcance para ajudar a promover justiça social.

Palavras-chave: Plataformização; Justiça Social; trabalho docente.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS. Mapeamento Edtech 2022: investigação sobre as tecnologias educacionais no Brasil. [S. l.]: Associação Brasileira de Startups, 2022. Disponível em: <https://abstartups.com.br/wp-content/uploads/2022/11/MAPEAMENTO-EDTECH-1.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAVAZZANI, A. L. M.; SANTOS, R. O.; LOPES, L. F. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 209-228, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5910>. Acesso em: 3 jul. 2025.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Universidade do Minho.

GEWIRTZ, S.; CRIBB, A. Concepções plurais de justiça social: implicações para a sociologia das políticas. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 123-142.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>. Acesso em: 3 jul. 2025.

PALÚ, J.; ARBIGAUS, J. de S.; SILVEIRA, A. A. D. Plataformização da educação, da escola pública e suas formas de gestão: entre promessas e realidades. **Revista de Ciências Humanas**, Itajaí, v. 24, n. 2, p. 160-186, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31512/19819250.2023.24.02.160-186>. Acesso em: 3 jul. 2025.



POWER, S. Por que as políticas educacionais falham? In: BALL, S.; MAINARDES, J. (orgs.). **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024. cap. 11, p. 351-370.

SAURA, G.; ADRIÃO, T.; ARGUELHO, M. Reforma educativa digital: agendas tecnoeducativas, redes políticas de governança e financeirização EdTech. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e286486, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.286486>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SAURA, G.; ARGUELHO, M.; LIMA, P. V. de; PIRES, D. de O. Financeirização EdTech. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v. 40, n. 1, e140210, p. 1-31, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol40n12024.140210>. Acesso em: 3 jul. 2025.

VIEGAS, M. F.; LAMB, M. E. Plataformas digitais, Estado e desigualdade no trabalho docente com dados. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 45, e289632, p. 1-11, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC289632>. Acesso em: 3 jul. 2025.